



CONTRATO ADM/CONV nº. 4/2011

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Palmeira e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar - CISAMA.

O Município de Palmeira, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.610.566/0001-06, com sede administrativa na Av. Roberto Henckmaier, 200, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Osni Francisco de Sousa e o **Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar - CISAMA**, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Nérito de Souza, Prefeito de São Joaquim celebram o presente contrato de rateio que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 439/2010, de 16/04/2010.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Palmeira ao CISAMA para custear as despesas de administração, pessoal, custeio e investimentos dos serviços de inspeção dos produtos de origem agropecuária e segurança alimentar.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais) cada uma a serem pagas até o dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2012.



Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº. 486 de 30/11/2011 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

0208 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
20.606.0013.2.042-042 – Manutenção da Secretaria	
339039.00.00/0/00/00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 35.000,00
TOTAL	R\$ 35.000,00

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.



DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2012 com término em 31 de dezembro de 2012.

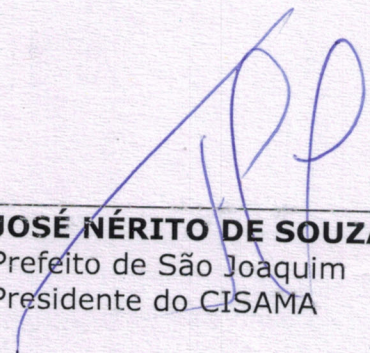
DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.


DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palmeira, 22 de dezembro de 2011.



JOSÉ NÉRITO DE SOUZA
Prefeito de São Joaquim
Presidente do CISAMA



Osni Francisco de Sousa
Prefeito de Palmeira